

Os Dart obstruem acordo da dívida

Externa

Kenneth Dart, presidente da Dart Container Corporation, fabricante de copos de plástico, está obstruindo praticamente sozinho a reestruturação de US\$ 35 bilhões da dívida brasileira, segundo a AP/Dow Jones.

O acordo, resultante de três anos de negociações entre o Brasil e bancos norte-americanos, foi apresentado para assinaturas na segunda-feira e rapidamente aceito por mais de setecentos dos bancos credores do Brasil e investidores institucionais.

Mas nem todos os credores são bancos e instituições. A família Dart, dos Estados Unidos, possui 4% da dívida, com um valor nominal de US\$ 1,4 bilhão — a maior fatia de empréstimos bancários a um país em desenvolvimento já acumulada por indivíduos, segundo operadores do setor. Seu valor já subiu acentuadamente desde que os Dart a adquiriram. Mas eles querem ganhar ainda mais se a reestruturação for realizada sem algumas mudanças que o Brasil deseja e que os outros credores estão aceitando. O Brasil diz que não seguirá em frente sem consentimento dos Dart — um consentimento que Ken Dart se recusa a dar.

Os brasileiros veem Dart como um obstrucionista, bloqueando um acordo que poderia ajudar a recuperar a saúde econômica do Brasil, ele diz que está simplesmente tentando proteger os interesses da família contra decisões que foram tomadas unilateralmente por grandes bancos e representantes brasileiros.

Com os Dart tão competitivos, não é de surpreender que bancos e as autoridades brasileiras tenham tido pouca sorte em trazê-los para o acordo. Desesperado para salvar o acordo, o vice-“chairman” do Citicorp, William Rhodes, tentou resolver o conflito numa reunião face a face com Ken Dart em 15 de setembro, mas a reunião terminou numa disputa verbal.

(Continua na página 17)

O Brasil retomou suas captações no euromercado com um papel de US\$ 50 milhões por três anos do Banco Pontual, liderado ontem pelo ING Bank da Holanda. As outras duas emissões latinas de ontem vieram da Argentina. A Sociedad Comercial del Plata lançou US\$ 100 milhões por cinco anos e a Tibsa Inversora, US\$ 50 milhões, também por um prazo de cinco anos.

(Ver página 20)

Os Dart obstruem acordo...

GAZETA MERCANTIL

(Continuação da 1ª página)

Enquanto isso, o presidente do Banco Central brasileiro, Pedro Malan, e o negociador da dívida brasileira, André Lara Resende, apelaram para a ajuda da Salomon Brothers, através da qual os Dart compraram boa parte de seus empréstimos brasileiros. Os dois representantes encontraram-se com o principal executivo da Salomon Inc., Deryck Maughan, pedindo-lhe para exercer pressão sobre os Dart. Mas os Dart são o segundo maior acionista da Salomon, com uma participação de 6,6%, perdendo apenas para a Berkshire Hathaway.

O acordo de reestruturação pretende pôr fim a uma década de problemas relacionados com a gigantesca dívida externa brasileira. Em 1987, o Brasil suspendeu o pagamento de juros sobre suas dívidas a médio e longo prazos com bancos estrangeiros, que detinham aproximadamente US\$ 67 bilhões de sua dívida externa total de US\$ 108 bilhões na ocasião. Dois anos mais tarde, depois do fracasso de esforços de reestruturação, deixou de pagar novamente. O acordo corrente faz parte de um programa idealizado pelo ex-secretário do Tesouro americano Nicholas Brady, pelo qual muitos dos novos bônus a serem transformados a partir da antiga dívida do Brasil terão como garantia títulos cupom-zero do Tesouro americano.

CERIMÔNIA EM TORONTO

Com este acordo, o Brasil completaria a reestruturação do que resta de sua dívida de médio e longo prazos com bancos estrangeiros e investidores institucionais —

US\$ 35 bilhões de principal mais US\$ 17 bilhões de juros atrasados. A reestruturação reduziria essa dívida em cerca de 25%, ou US\$ 13 bilhões.

Na segunda-feira, credores em posse de 89% da dívida concordaram com o plano de reestruturação, com as alterações que o Brasil deseja, numa cerimônia em Toronto. Mas o desfecho continua incerto. Lara Resende disse que “o Brasil se reserva o direito de interromper o acordo se os Dart não aderirem. Mas é nossa firme convicção que os Dart vão aderir”.

O Brasil não pode oferecer termos especiais aos Dart. O credor Trust Co. of the West, de Los Angeles, revela que vai sair do acordo se os Dart obtiverem qualquer condição especial que ele não receber. Ao mesmo tempo, se o Brasil tentar colocar o acordo em vigor sem os Dart, algumas pessoas acham que esses tentarão bloqueá-lo nos tribunais.

Mas se a reestruturação seguir em frente sem os Dart, o valor de suas posses poderia despencar, diz Gerard Finneran, um administrador de portfólios da Trust Co. of the West. E se toda a reestruturação ruir, todas as apostas se frustram.

“EXTREMAMENTE RESERVADO”

No final de 1991, Ken Dart viajou ao Brasil, acompanhado de dois especialistas em dívida da Salomon, quando se encontrou com Luís Paulo Rosenberg, um analista econômico brasileiro (este jornal não localizou ontem Rosenberg em seu escritório). No início de 1992, a Salomon começou a comprar papéis da dívida brasileira para a Dart Container por 25 a 40 centavos por dólar,

segundo vários operadores. “As transações fixaram-se na memória porque eles eram tão grandes que o mercado teorizou que a Salomon tinha um mandato do Banco Central do Brasil”, recorda Conor O'Driscoll, um operador da MGEmerging Markets, de Nova York.

As coisas tinham que ser mantidas em segredo. Os operadores da Salomon já costumam manter segredo da identidade de seus clientes, mas um ex-empregado diz que Ken Dart foi “extremamente reservado”, insistindo em limitar o conhecimento da compra aos que “precisavam saber”.

Dart ficou preocupado com a possibilidade de que a Salomon pudesse estar cobrando demais pelos papéis da dívida, cujos preços não são facilmente acessíveis. Para atenuar suas preocupações, a Salomon instalou um terminal de cotação nos escritórios dos Dart para que eles pudessem acompanhar transações e preços.

As compras foram tão grandes que os Dart “seriam os maiores clientes de qualquer firma” de Wall Street, segundo um operador. Os honorários que a Salomon obteve com as compras de papéis da dívida de países em desenvolvimento pelos Dart atingiram a casa de US\$ 10 milhões ou mais.

Ken Dart mantinha registros precisos do seu portfólio, voando para o Brasil e conversando com muitos representantes financeiros. Alguns ficaram satisfeitos quando ele dizia que pretendia ser um investidor de longo prazo no Brasil.

PROTESTO VEEMENTE

As dificuldades começaram no início deste ano. O

Brasil tinha oferecido aos credores uma variedade de opções para a conversão de seus empréstimos em tipos diferentes de bônus mais valiosos, em 1992. Os Dart optaram por converter os seus, pelo valor nominal, nos assim chamados bônus de capitalização, que não têm colaterais tangíveis mas cupons que aumentam de 4 para 8% em seis anos.

Mas na última primavera, o Brasil informou aos credores que precisava de uma nova redução da dívida e que teria que converter pelo menos 35% de suas posses em “bônus de desconto”. Estes são colateralizados, tendo taxas de juro flutuantes e, diferentemente dos outros, são muito menos atraentes para investidores.

O Brasil revelou a todos os investidores por escrito que poderia fazê-lo. Entretanto, Ken Dart chama o pedido brasileiro de alterações de “tergiversação”. Ele está pedindo a permissão de se ater ao acordo original.

Numa reunião em 30 de setembro no escritório do advogado dos Dart em Nova York, Ken Dart protestou veementemente contra o noticiário na imprensa sobre o portfólio brasileiro dos Dart, acusando representantes financeiros de ter deixado vaziar seu nome para pressionar.

Os brasileiros negaram. Cinco dias mais tarde, os Dart enviaram seu advogado, Lee Buccheit, para se reunir com banqueiros americanos que negociaram o acordo. “Ele nunca ameaçou diretamente com uma ação judicial caso o acordo fosse levado em frente sem os Dart”, diz um banqueiro que participou do encontro. “Mas esta era a implicação.” Buccheit diz que não era essa sua intenção.